

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E GUERREIRO RAMOS: EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

Henrique Almeida de Queiroz¹

Resumo

Este artigo busca discutir o autor nacional mais referenciado pela discussão sobre o problema do que se entende por método na Administração Política. Visa demonstrar que a operação epistemológica está fundada sobre o pensamento de Alberto Guerreiro Ramos por meio dos “deslocamentos de conceitos”. O texto buscará também dar um panorama sobre os problemas discutidos por Guerreiro Ramos e discutir se a metodologia desenvolvida até o momento pela Administração Política pode ser vista como colocação inapropriada gestão estatal como elemento de execução do estado de bem-estar social no capitalismo.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos; Metodologia; Administração Política.

POLICY ADMINISTRATION AND GUERREIRO RAMOS : EPISTEMOLOGY AND METHODS

Abstract

This article seeks to discuss the most referenced author by the discussion about the problem of what is meant by method in Policy Management. Aims to demonstrate that the operation is based on the epistemological view of Alberto Guerreiro Ramos through "displacement of concepts". The text also will seek to give an overview about the problems discussed by Guerreiro Ramos and discuss whether the methodology developed today by the management policy can be seen as an inappropriate placement of State management as part of the implementation of the welfare-state in capitalism.

¹ Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: : henrique.queiroz@ufjf.edu.br

Keywords: Guerreiro Ramos; Methodology; Policy Management

ADMINISTRACIÓN POLÍTICA Y GUERRERO RAMOS:
EPISTEMOLOGÍA Y MÉTODOS

Resumén

Este artículo pretende discutir al autor más referenciado por la discusión sobre el problema de lo que se entiende por método en Administración Política. Pretende demostrar que la operación se basa en el pensamiento epistemológico de Alberto Guerreiro Ramos a través de "desplazamiento de conceptos". El texto también intentará dar una visión general sobre los problemas discutidos por Guerreiro Ramos y discutir si la metodología desarrollada hasta la fecha por la Administración Política puede verse como una colocación inadecuada de la administración del estado como parte de la implementación del estado del bienestar social en el capitalismo.

264

Palabras clave: Guerreiro Ramos; Metodología; Administración Política.

Introdução

Existem interessantes discussões sobre qual seria o "método" ou *episteme* redentor no campo da Administração que vem se desenvolvendo e suscitando vários problemas importantes ao longo das últimas décadas no Brasil. Sublinhando a ideia de que existe um campo teórico inexplorado sobre a ciência administrativa, a chamada Administração Política vem clamando por uma alteração em sua agenda de pesquisa, com a defesa da transposição do objeto de estudo de Guerreiro Ramos, de "organização" passa para a "gestão" como uma significativa mudança teórica, ou alteração paradigmática, para a compreensão dos dilemas nacionais nos estudos sobre o Estado, as organizações e o capitalismo (SANTOS, 2001).

Em suas palavras: "a questão básica que levantamos é resultado do questionamento daquilo que pareciam existir ou simplesmente ser inquestionável: qual o objeto da administração?" (SANTOS, 2001, p. 50). Questão interessante de ser levantada, pois não é comum a preocupação com a pesquisa conceitual do que é a Administração. De acordo com

Santos (2001, p. 50), “A depender da resposta para essa questão, poderemos estar ou não diante de um campo disciplinar, de um campo da ciência. Ou ainda, a depender da resposta para essa questão poderemos abandonar alguns pressupostos, reforçar outros ou, ainda, criar novos”.

Estamos diante de questões sobre o que é o objeto de pesquisa Administração, mas não o que é a Administração em si. Ou seja, a questão é sobre o que a Administração pesquisa, mas não como ela surge enquanto campo prático do conhecimento sobre a coordenação e cooperação do trabalho, em quais condições econômicas, históricas e sociais esse conhecimento surge e o que decorre destas complexas relações para a relação entre as classes sociais no capitalismo.

Santos e outros pesquisadores que deram início ao desenvolvimento deste problema não diferenciam claramente a chamada administração de empresas e a administração pública, colocando a gestão como algo sem especificidades que se aproximam ou seriam análogas à função da administração. Tentam explicar diferentes estatutos de ordenamento e finalidades do trabalho administrativo com o deslocamento inapropriado de um objeto para a criação de um conceito ou uma área específica de estudos. Isso se mostra de tal forma porque os autores da Administração Política, em especial Santos, utilizam de problemas elencados por Guerreiro Ramos e inadvertidamente colocam sob o mesmo estatuto a administração privada e administração pública, entendida como a gestão estatal. A passagem por variados conceitos, aproveitáveis ou não, dará o mote de pesquisa de Santos para levantar os aspectos que sugerem a ele que a Administração Política possui um campo próprio, por ter seu próprio objeto específico de pesquisa.

Santos defende que desde seu primeiro estudo (SANTOS; RIBEIRO, 1993), a discussão permearia o papel do Estado na consecução do bem-estar social “Considerando que o objeto de estudo da administração é a gestão, a preocupação fundamental naquele artigo era saber qual foi o modelo de gestão que o país adotou no sentido de retomar o crescimento econômico [...]” (SANTOS, 2011, p. 52), e, assim, “representam o conteúdo próprio da administração política, que nada mais é senão o *gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade visando alcançar as finalidades expressas no bem-estar de uma sociedade ou da humanidade*” (SANTOS, 2011, p. 58, grifos nossos). Para tanto, a ideia que Santos defende é a de que Ramos não rompe com o paradigma do objeto de estudo, sendo seu objeto as “organizações” e não o conteúdo da “gestão” que, Segundo Santos (2011), ainda era insuficiente para caracterizar a Administração Política enquanto um ramo específico da ciência administrativa. Isto dentro do quadro pertinente ao da Administração Pública e a gestão estatal.

No mesmo diapasão, existem algumas indicações sobre o problema do ordenamento das funções estatais como “colocação inapropriada” de Guerreiro Ramos, aqui elencado quando Santos defende que:

[...] o Estado passa a ser o principal empreendedor individual, o que, nos marcos capitalistas, significa dizer que o Estado passa a ser o principal capitalista a comandar capital. Então, a ação de gerir as relações sociais no processo de execução do projeto de nação (sob o comando do Estado com o poder político e econômico) constitui a essência da administração política (SANTOS, 2001, p. 67).

A similaridade de algumas preocupações do pensamento social brasileiro na época em que se destaca Guerreiro Ramos aparece quando vemos os objetivos que se centram no papel do Estado como condição indutor do desenvolvimento nacional e de um “projeto de nação” (BARIANI, 2015). A ideia que Santos tenta desenvolver é retirar um conceito que dê conta da relação entre a industrialização e o desenvolvimento nacional e alçá-lo à perspectiva central da atuação da Administração Política, com o planejamento e o uso das políticas públicas para um objetivo inusitado: o “controle” do capital via Estado. O “método” pelo qual Santos (2011) fará tal construção será através da análise dos conceitos de outros autores e, assim, utilizar o que é ou não válido para suas preocupações.

Parece indicativo que este problema esteja alicerçado em concepções “moralistas” da noção keynesiana de bem-estar, que inclui como um dos principais objetivos o “controle” da sanha de exploração da força de trabalho pelo capital e seus interesses privatistas característicos ao seu modo de funcionamento em busca de sua valorização, principalmente em seus momentos de crise econômica. O que é a “finalidade social” para Santos se constitui no bem-estar social da teoria keynesiana e, por isso, o capital não cumpre a sua função pela qual o autor parece, em nossas impressões sobre o problema, imputar de forma errônea, pois o objetivo do capital é sua autovalorização e acumulação privadas através da exploração da força de trabalho potencializada pela combinação de trabalhos permitida pelo nascimento da produção em escala industrial (MARX, 2013).

Assim, o papel do Estado se constitui agora no fato de que, ao invés de ser dominado pelos interesses de diferentes frações do capital, que foi acentuado pelo desmonte neoliberal da década de 90 (SANTOS; RIBEIRO, 1993), o seu papel se constitui em dominá-los: “Em vez de ser instrumentalizado no sentido de viabilizar a finalidade de um sujeito particular – o capital –, agora tem o papel de gestor e executor do projeto da nação, cuja finalidade é o bem-estar social” (SANTOS, 2001, p. 66). O uso do Estado e de sua burocracia profissional são os elementos que compõem esta regulação do mercado em busca do bem-estar social (SANTOS; RIBEIRO; SANTOS, 2009).

O artigo se divide então em três partes, além desta pequena problematização já desenvolvida. A primeira tem como objetivo salientar

rapidamente as concepções metodológicas desenvolvidas por Guerreiro Ramos e como a Administração Política acaba por adotar problemas semelhantes a serem enfrentados em Guerreiro Ramos, que não serviram como preocupação detida pela área e pelos pesquisadores. A segunda defende que a “mudança paradigmática” do problema da gestão estatal, que é o mote do desenvolvimento metodológico da área, não significa uma alteração radical de análise e nem o desenvolvimento de uma especificidade de agenda de pesquisa. Trataremos também do desenvolvimento da epistemologia e teoria da Administração Política para salientar que a delimitação do papel estatal no capitalismo é problemática, ainda mais quando busca desenvolver um Estado de bem-estar social ao qual faz parte do passado dos países centrais e que não foram alcançados (e dificilmente o serão) pelos países periféricos, se constituindo num anacronismo decorrente das deficiências metodológicas que a orienta e que não obedece aos pressupostos originários. Assim, a última e terceira parte busca fazer um apanhado das ideias aqui desenvolvidas e apontar as contribuições às quais o texto pode levantar.

Guerreiro Ramos: Alicerce Metodológico da Administração Política.

Alberto Guerreiro Ramos é um dos mais importantes autores para os estudos organizacionais no Brasil. Junto com Maurício Tragtenberg, Guerreiro Ramos se constitui em um dos autores mais referenciados e utilizados dentro da área dos estudos organizacionais críticos (EOC) pertencentes aos problemas teóricos da Administração e, juntos, ambos constituem a principal fonte de originalidade e a autonomia “limitada” do pensamento social brasileiro. Portanto, “Comprovar que no Brasil há uma tradição de EOC autônoma é importante porque contraria o consenso formado na academia brasileira de que as epistemologias que inspiram nossa produção científica em estudos organizacionais são predominantemente importadas” (PAULA *et al.*, 2010, p. 11). Portanto, a originalidade do pensamento da Administração Política no âmbito brasileiro é, em certa medida, devedora desta tradição autônoma do campo de estudos da administração.

Notável pensador da Sociologia nacional, se configura como um dos principais construtos teóricos que orientam as bases críticas do pensamento administrativo em solo brasileiro. Advindo da época de definição nacional da Sociologia enquanto campo normativo do saber, ele é autor que fundamenta parte dos estudos críticos à teoria hegemônica no campo do pensamento administrativo e organizacional, ao lado de outros como Tragtenberg e Motta (CAMARA, 2012). Tanto advindo de suas posições acadêmicas quanto profissionais (foi professor nos precursores cursos de Administração no Brasil, pesquisador do ISEB e outros institutos, e teve influência política nos críticos anos que antecederam o

Golpe Militar), o autor tentou, em seus estudos, efetivar contribuições através de vários campos do saber.

O primeiro ponto de discussão quando se fala em Guerreiro Ramos se constituiu na atualização da Sociologia brasileira em relação ao pensamento contemporâneo nos países centrais do capitalismo. Nisto, Guerreiro Ramos enfrentaria as escolas positivistas que estavam em voga à época nas áreas de pesquisas sociais. Assim, sua saída foi encontrar entre um complexo conjunto de autores de variadas áreas do pensamento com uma “correta” metodologia para ter as respostas necessárias para a construção do pensamento nacional autenticamente brasileiro. Sobre os estudos das organizações, eles foram decorrentes das preocupações anteriores sobre o desenvolvimento de teorias pós-colonialistas nacionais que faziam parte do rol de problemas enfrentados por Guerreiro Ramos. Segundo Lynch (2015), estes se sistematizariam em três aspectos centrais de seu pensamento que perfilam o conjunto de seus textos. O dilema do homem reativo/operacional e o homem parentético surgem do seu conjunto de reflexões e que pode ser encontrado no decorrer de seus escritos em vários momentos

É desta reflexão aglutinativa que surgirá, mais tarde, a base para a dicotomia entre necessidade e possibilidade das teorias sociológicas, em que o autor vai problematizar as relações entre a necessidade estrutural e as possibilidades de ação social dentro desta. Os dilemas entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva ganhavam cada vez mais estofamento teórico (ZWICK et. al., 2012). Desta forma, a originalidade de Guerreiro Ramos para o pensamento social brasileiro também se constitui no “reconhecimento do caráter culturalista, relativista e historicista da ciência social impunha ao cientista social a obrigação de pensá-la à luz das necessidades e particularidades do contexto latino-americano, onde grassava o semicolonialismo e a dependência cultural” (LYNCH, 2015, p. 28), ideia que não era estranha a outros pensadores nacionais, como Álvaro Vieira Pinto.

O segundo ponto desenvolvido por Ramos foi o estudo e análise do pensamento autóctone de autores da escola da Cepal, como argentino Prebisch e o brasileiro Celso Furtado (LYNCH, 2015). Dentro desta corrente do pensamento, o etapismo do desenvolvimento econômico e social do capitalismo servia como base de análise entre o moderno e o arcaico da realidade brasileira, numa época de transição da base da economia nacional de exploração comercial agrária para um país de caracteres urbano-industrial, ainda que desenvolvido de forma dependente e decorrente de sua posição semicolonial.

Guerreiro Ramos buscava então “apropriar-se criticamente das interpretações do Brasil, a partir da moldura fornecida pela sociologia do conhecimento [...] a fim de separar a parte útil do nosso pensamento sociológico, comprometida com a autonomia nacional” (LYNCH, 2015, p. 29). Esta época marca o surgimento das principais convulsões sociais que

iriam definir a história do Brasil e da América Latina, firmando estruturalmente a dependência econômica e cultural dos países periféricos através de golpes de Estado por via military dentro do contexto do combate ao comunismo que caracterizou a Guerra Fria. Este comunismo que não era e nem foi objetivo do governo Goulart no Brasil, mas, sim, a continuação do trabalhismo e do progressismo na defesa da justiça social e autonomia nacional com seu projeto de nação, que o próprio Guerreiro Ramos também problematizava.

O plano trienal de Furtado e o programa de reforma agrária (ou de base) capitaneado pelas Ligas Camponesas foram o estopim da convulsão que resultou na manutenção de antigos interesses da burguesia nacional com os países de capitalismo central (RAGO FILHO, 2004). É exatamente nesta época que a Administração privada ganha corpo no Brasil (COVRE, 1981), através da clara e definitiva associação entre as multinacionais do capital estrangeiro e a burguesia brasileira, que deixa até hoje marcas na estrutura de classes do país.

O terceiro e último ponto decorre dos limites encontrados nos estudos nacionais segundo as intenções de Guerreiro Ramos. Para o autor, grande parte dos estudos desenvolvidos no Brasil não dava conta do problema da atualização necessária aos estudos sociais de origem dos países centrais e “alienada, se deixara contaminar pela consciência ingênua, naturalizando a condição semicolonial do país” (LYNCH, 2015, p. 29). O etapismo social do desenvolvimento nacional marcavam estas teorias, por isso, a necessidade deste terceiro conjunto de tarefas que se caracteriza em

apreender a dinâmica da sociedade brasileira e o modo como seus intelectuais a haviam compreendido desde o século dezenove; para tanto, impunha-se um estudo sobre a circulação ou substituição de elites, capaz de identificar as classes sociais decadentes e ascendentes no curso da “revolução brasileira”, bem como suas respectivas ideologias: a conservadora, justificadora do passado de dependência semicolonial, e a progressista, comprometida com o futuro de autodeterminação nacional (LYNCH, 2015, p. 29).

Assim, no contexto em que Guerreiro Ramos se insere historicamente no pensamento social brasileiro, sua produção acadêmica é eivada e transpassada por estes problemas à medida que esse avança e desenvolve seus próprios postulados e conclusões. A principal caracterização problemática em seu pensamento sociológico e político constituíram, mais exatamente, em buscar nas elites nacionais as respostas para a direção do desenvolvimento econômico brasileiro como condição para adentrar no contexto universal e autóctone da produção científica, material e social em patamares semelhante às dos países centrais.

A autonomia da sociologia significaria, então, um desenraizamento dos elementos constitutivos do pensamento exógeno para constituir um corpo próprio de pensadores para a realidade nacional: “A sociologia, no Brasil, não se organizou ainda para uma evolução em bases próprias, o que só teria sido possível se as gerações de sociólogos se articulassem entre si num trabalho contínuo” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 42). Dentre seus estudos mais significativos sobre a questão do método, a obra “A redução sociológica” de 1958 (1996) se destaca até mesmo como um marco do existencialismo brasileiro (FILGUEIRAS, 2012). Nela, o autor discute, principalmente através da fenomenologia de Husserl, a possibilidade e condições de apropriação das teorias e conceitos elaborados nos países de capitalismo central.

A grande conclusão a que Guerreiro Ramos chega é a de que a experiência histórica e social do Brasil se torna apagada quando os autores nacionais valem-se das teorias “universais” da ciência para utilizá-las ao nosso contexto de morro irrefletido, ou “ingênuo”. Nesse sentido, a proposta do autor não é o simplismo de uma decantação ou expurgação dos problemas etnocentristas e seu falso universalismo teórico, mas, principalmente, a utilização destes problemas existenciais e fenomenológicos da condição periférica em busca de autonomização do pensamento social e político nacional, sendo, então, menos dirigida e orientada pelos trâmites do pensamento científico da Europa e dos Estados Unidos e o pensamento imitativo daí decorrente, criando suas próprias bases metodológicas livres do pensamento ingênuo característico das sociedades semicoloniais.

Assim como Bariani (2008) coloca, o autor teria como uma visão da autonomia nacional sem o abandono das teorias externas, mas depurando-as para o uso destas teorias como subsidiárias do pensamento social brasileiro autêntico. A descolonização surgiu como elemento de justificativa do desenvolvimento autônomo da sociologia norte-americana, apesar de ser constitutiva do positivismo e do evolucionismo. Tendo em mira a nossa capacidade de autonomia econômica, com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais (em teoria, considerado o momento de sua publicação), com a crise do imperialismo que o autor defende surgia também a possibilidade de autonomia do desenvolvimento do próprio pensar da sociologia brasileira, correlata à autonomia econômica que aparecia ao horizonte enquanto possibilidade de superação de sua condição colonial e subdesenvolvida.

Esta utilização da fenomenologia apresenta uma característica peculiar, que iria culminar no que Lukács chamou como decadência filosófica do irracionalismo moderno, pois, apesar de sua aparência crítica e metódica quanto ao positivismo, eram revestidas pela consciência burguesa e seu atomismo individualista:

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E GUERREIRO RAMOS: EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

Henrique Almeida de Queiroz

Das robinsonadas clássicas até aquelas que, criticando o existencialismo, chamei de robinsonadas da decadência, essa concepção dominou até hoje uma parte substancial da ideologia burguesa; inclusive, apoiada pelas tradições cristãs modernizadas por Kierkegaard e pela pretensa exatidão da fenomenologia de Husserl, adquiriu também uma fundamentação pseudo-ontológica: ou seja, o indivíduo isolado seria, no mundo humano, o fato ontologicamente primário, a base de todo o resto. Com a ajuda de uma “intuição das essências”, é evidentemente possível pensar todas as relações do homem, todos os seus vínculos sociais como derivados desse originário, como criados pelo indivíduo e, portanto, como revogáveis por ele (LUKÁCS, 1979, p.143).

Esta crítica serve como ponto de alicerce para salientar que a “pretensa exatidão” que Lukács se refere irá marcar a experiência da redução sociológica de Guerreiro Ramos e, ao mesmo tempo, indica as conclusões do homem parentético: aquele que consegue, supostamente, suspender a realidade antes de criar a sua própria, pois suas relações sociais podem ser negadas enquanto indivíduo isolado que analisa a realidade. Isso configura diante das ideias de Lukács como uma arbitrariedade, pois enquanto a essência do objeto está definitivamente ligada aos complexos da realidade, ela não pode ser colocada em suspensão e nem ao menos o próprio pesquisador, enquanto este não pode ser neutro diante da realidade. Nesse sentido, as possíveis diferenciações entre essência, fenômeno e aparência das relações sociais e dos objetos de estudo sempre constituirão um esforço infrutífero quando se exclui ou se suspende a realidade como fundamento necessário da capacidade do conhecimento (LUKÁCS, 1979).

Portanto, vemos o quão problemática é a ideia de Guerreiro Ramos quando defende que “De fato, a suspensão equivale aqui a pôr as circunstâncias ‘entre parênteses’. O homem parentético consegue abstrair-se do fluir da vida diária, para examiná-lo e avaliá-lo como um espectador” (RAMOS, 1984, p.8). Espectador este que não consegue escapar da realidade material que o cerca, por mais que decida pela reflexão expectadora e especulativa desta realidade. O caráter burguês de seus fundamentos metodológicos passa por detrás de suas contribuições originais e isto causa um enorme desserviço quando o autor passa a contribuir decisivamente para o pensamento administrativo nacional em busca de sua autonomia científica.

A confusão entre emancipação social e suspensão da realidade individual atinge e influencia boa parte do pensamento organizacional (cf. MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2013) e que, até o momento, não parece ter a fundamentação teórica necessária para se livrar das rédeas da epistemologia de responsabilização para o indivíduo atomizado que agora consegue sozinho “autoemancipar” de uma sociedade “alienada” ou

estranhada de suas relações sociais, algo alheio aos próprios escritos de Guerreiro Ramos quando este diz, por exemplo, que:

A pesquisa de Blauner estriba-se numa colocação errada da teoria de Marx sobre alienação, e representa, na realidade, a colocação inapropriada de um conceito, isto é, primeiro despoja a questão da alienação de seu caráter meta-histórico; segundo, admite que ela possa ser resolvida por meios microorganizacionais (RAMOS, 1989, p. 70).

A conclusão a que se chega pelos estudos que se baseiam em Guerreiro Ramos para a Administração contradiz a própria lógica dos fatos: ou a sociedade se emancipa do seu relacionamento social estranhado e, assim, os indivíduos que a compõem e estruturam, ou passamos a imaginar pretensamente que o “eu” individual está emancipado de sua sociedade, quando, na verdade, a sociedade estranhada de seus relacionamentos sociais continua intocada de seus fundamentos mais básicos de exploração de classe. A sociedade emancipada não possui classes sociais antagônicas. O problema do “epistemologismo” se faz presente na idealização/idealização da realidade, como se fosse possível suspender o funcionamento estruturante da sociedade capitalista e se acomodar, com certa pretensão autoindulgente de superioridade individual autoemancipada.

Semelhante problema decorre também da racionalidade instrumental e substantiva weberiana, que se faz conter como um marco do individualismo exacerbado nas análises sociológicas e epistemológicas de Guerreiro Ramos e o uso das tipologias ideais para a construção das suas análises. Assim, nessa situação, a redução sociológica se concentra no fato de que existe uma atitude metódica, ao contrário da atitude natural que não põe em questão os aspectos diretos dos dados que lhe são oferecidos. Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos sociais de significação valorativa. Postula a noção de mundo onde a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados com seus valores referenciados socialmente, e, portanto, depende de sua perspectiva quanto ao objeto.

A redução sociológica não é, portanto, em sentido genérico, primariamente um ato de lucidez individual e, portanto, é fundamentada numa espécie de lógica material, imanente à sociedade (o que contradiz suas críticas ao marxismo) numa assimilação crítica da experiência estrangeira com alta complexidade e diversidade de conhecimentos (RAMOS, 1996). Assim, a crítica da falta de rigor no uso de metodologias díspares se faz presente em suas obras usando marxistas para criticar Marx e adotar a postura relativista da realidade social. Das polemizações com Florestan Fernandes é possível retirar que:

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E GUERREIRO RAMOS: EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

Henrique Almeida de Queiroz

Se, por um lado, Florestan Fernandes procura, nos fundamentos empíricos, por meio das teorias clássicas, a percepção de elementos para serem logicamente encadeados numa explicação da sociedade brasileira, joeirando os pequenos dados para formar um grande painel, por seu turno, Guerreiro Ramos, de certo modo, faz o caminho inverso: procura, na autenticidade de uma existência particular culturalmente detectável, uma totalidade a ser formatada com os instrumentos da sociologia clássica, mas sem o molde de uma teoria construída a partir de uma outra realidade social, isto é, tenta intuir uma totalidade primeira que será buscada nos elementos empíricos para recompor uma totalidade já pensada, refletiva, construída com base numa explicação particular de uma sociedade original (BARIANI, 2015, p. 22).

Assim, Guerreiro Ramos acaba por trazer a questão da totalidade nacional para entender a particularidade da sociedade capitalista brasileira, possibilitando interpretar os dilemas nacionais desconectados ou relativamente independentes dos problemas internacionais que se imbricam durante o processo histórico da constituição do “capitalismo tupiniquim” e que não podem ser isolados atomisticamente, mas existe a determinação histórica dos problemas em que há correção destas metodologias de particularização tipológica de uma sociedade:

A redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição de conhecimentos de uma perspectiva para outra. o que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular (RAMOS, 1996, p. 42).

Ou, mais ainda, “O fundamento de uma sociologia verdadeiramente brasileira deve ser, antes de mais nada, um fato, um processo real, um dado concreto” (RAMOS, 1996, p. 41) referente à nossa realidade, à nossa condição particular enquanto um país de passado colonial. É necessário estudar a realidade histórica de nosso país:

Na verdade, no domínio da realidade histórico-social, o sujeito pensante e o objeto se compenetraram ou são faces de um mesmo fenômeno. Isto não quer dizer que a objetividade seja impossível naquele domínio. Quer dizer que ela se define em termos de perspectiva e que, portanto, dadas várias explicações de um mesmo fato, a mais objetiva é a que alcança maior número de aspectos, é aquela em função da qual se torna perceptível a infra-estrutura e o caráter residual, tributário ou ideológico das outras; é aquela que traduz a vetorialidade ou direção tônica, ou dominante, dos acontecimentos. [...] A sociologia, tal como se tem praticado entre nós em muito escassa margem, representa uma efetiva indução de processos e

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E GUERREIRO RAMOS: EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

Henrique Almeida de Queiroz

tendências da sociedade brasileira ou instrumento de sua autocompreensão (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 35-6).

Interessante dizer que no rol de autores aos quais Guerreiro Ramos se utilizará para estudar os fenômenos históricos e culturais do Brasil, há uma relação dúbia com relação a Marx e/ou o marxismo. Isso por que são embates indiretos com Marx e deixa a entender a negação desta proposição científica da ontologia e a predileção pela individualização epistemológica weberiana. A crítica ao marxismo, por exemplo,: “As correntes de pensamento que hoje prevalecem em matéria de ciência social formal[...] apóiam-se numa visão sociomórfica do homem, visão que reduz o ser humano a nada mais que um ser social” (RAMOS, 1989, p. 32) ou ainda no elogio à crítica de Habermas e Horkheimer que

esforçam por demonstrar o errobásico do ponto de vista de Marx sobre a razão como um atributo do processo histórico. Ambos questionariam o pressuposto de que o desdobramento das forças produtoras, por si só, conduziria ao advento de uma sociedade racional (RAMOS, 1989, p. 19).

Para fazer uma afirmação deste calibre é necessário relevar toda a crítica histórica e social de Marx e não entender que o avanço das forças produtivas significa a racionalidade sobre o domínio das forças naturais pelo homem e não leva à dissolução dos relacionamentos sociais estranhados e alienados pelas relações econômicas de dominação classista. Marx aparenta ser, para Guerreiro Ramos, um economicista e serialista (etapista) decorrente do pensamento iluminista. O que se apresenta como incorreto, como aparece em Marx variadas vezes a desconexão entre o desenvolvimento material e social de uma época: “Na arte, é sabido que determinadas épocas de florescimento não guardam nenhuma relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, portanto, com o da base material, que é, por assim dizer, a ossatura de sua organização” (MARX, 2011, p. 62).

A Administração Política: Epistemologia e Deslocamento de Conceitos-objetos.

Há até aqui a indicação dos limites aos quais os elementos constitutivos do método se problematizam com o objeto. A noção de parênteses da realidade material do pesquisador o possibilita olhar distanciado (ou cientificamente resignado) que caracterizaria a possibilidade de suspensão dos interesses pessoais do pesquisador ao analisar os fatos. Entretanto, este problema não aparece claramente nos

estudos da Administração Política, apesar de adotá-los sem ter plena consciência de tal fato.

Essa defesa decorre, ao nosso entender, de um problema metodológico da própria incompreensão da *episteme* adotada, que incorrerá na defesa da Administração Política como um campo próprio pertencente à ciência administrativa. Ao construir conceitos através de questionamentos que não faziam parte das preocupações do autor abordado para erigir seu método, Santos (2001) desloca o processo de construção do método do autor e força a abertura de um campo de estudos pela mudança concernente à especificação do objeto de estudo, e não pela forma de método sistemático pelo qual Guerreiro Ramos define como a redução sociológica. Para Ramos (1996, p. 42), “O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira”. A noção de perspectivas, ou diferenças de ponto de vista, será essencial para Santos, para a Administração Política e a criação da agenda de estudos teóricos, metodológicos e casuísticos da área.

De tal modo, a Administração Política altera o objeto de estudo, mas comete o erro do método ao qual se baseia, sem se alentar para tal ocorrência. Isso acontece porque seus autores desenvolvem suas teorias sem se preocupar detidamente com a adequação do método desenvolvido por Guerreiro Ramos, que se orienta para a utilização de conceitos externos para adequá-los à realidade brasileira e não somente uma alteração da perspectiva dos objetos em estudo. Necessário lembrar aqui que, para Guerreiro Ramos, não existe probabilidade de repetições dentro da realidade social. O sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado (RAMOS, 1996).

Essa forma inapropriada da construção de suas bases epistemológicas acaba também por se estruturar dentro do problema colocado e assim não definir acertadamente o objeto ao qual se dispõe a investigar. Assim como colocou Guerreiro Ramos (1989, p. 71):

A colocação inapropriada de conceitos contamina, presentemente, o campo da teoria organizacional, e ocorre quando a extensão de um modelo de teoria ou conceito do fenômeno *a* ao fenômeno *b* não se justifica, após minuciosa análise, porque o fenômeno *b* pertence a um contexto peculiar, cujas características específicas só limitadamente correspondem ao contexto do fenômeno *a*.

Portanto, qual ou quais são as colocações inapropriadas do conceito de Administração Política? O primeiro grande problema é esperar respostas dos autores pelas quais as perguntas dirigidas não foram objeto de preocupação, direta ou indireta, do autor e, portanto, sobrariam somente “pistas” do que é a política para a Administração, ou seja, qual a intenção que orienta os estudos da ciência administrativa. Sinal de tal fato aparece quando Santos afirma que “*Embora não seja explícito, parece óbvio que*

Taylor, diferentemente de muitos outros teóricos, considera a gestão o verdadeiro objeto da administração” (2001, p. 54, grifo nosso). Se esta não era a intenção do autor (detenção e organização do trabalho operário dentro do processo produtivo feito também por outros trabalhadores especializados), não há a possibilidade da clareza de resposta para uma pergunta que não era a centralidade dos questionamentos de Taylor.

O segundo grande problema em sua conceituação se situa no fato de que nem mesmo a atitude parentética de Guerreiro Ramos seja observada na análise dos relacionamentos sociais em uma economia capitalista. Como afirma Santos (2001, p. 53), na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo monopólico: “Então surge a economia pura baseada no método dedutivo e no positivismo científico, abandonando, assim, toda qualquer subjetividade na análise dos aspectos econômicos, ou seja, qualquer juízo de valor ou conotação ética”.

Sejam elas éticas ou não, o fato é que não há moralidade intrínseca nos relacionamentos econômicos das trocas realizadas pelo mercado, pois suas relações são aparentemente econômicas, apesar de estarem atreladas a todo um fundo de relacionamento entre classes sociais antagônicas que definem a posição social (não sua consciência) no contexto da luta de classes. Se é neste contexto que surgem os principais estudos que possibilitariam o surgimento da Administração, não há que se esperar que os relacionamentos baseados na troca entre a força de trabalho pelo salário sejam baseados na ética ou na moral humanista, mas sim na racionalidade econômica instrumental que é o interesse velado de uma classe social.

A racionalidade substantiva da condolência ética e moral não obtém espaço no ambiente industrial de negação da qualidade autenticamente humana do trabalho como forma sustentação social em que a classe do trabalho perde o controle dos seus meios de produção e até mesmo da sua forma de execução, transposta aos cuidados dos especialistas da organização racional do trabalho e dos estudos da fadiga humana para, a partir de então, não mais se alterar em seus fundamentos teóricos e práticos.

Da entrada do capital monopolista, passando por teorias econômicas positivistas, Santos chega à conclusão que os primeiros sinais mais claros do que seria a Administração Política começam a tomar forma nas ciências sociais. Outro anacronismo interessante se apresenta: ao defender que o objetivo da Administração Política é o bem-estar social, Santos aparentemente não pondera que a publicação de Herbert Simon em 1947 já se dava no contexto de aplicação da política econômica reformista de Keynes, com o pós-guerra sustentando as taxas de lucros dos capitais monopolistas enquanto relegavam algumas concessões à classe do trabalho como estabilidade no emprego, salários melhores e diminuição (provisória) das desigualdades de renda. Isso através do controle econômico dos países dependentes da economia periférica, tanto em seu

mercado interno quanto externo no processo de trocas no mercado mundial.

Entretanto, Santos cai no terceiro problema referente ao contexto das ideias defendidas pelos sociólogos e filósofos prediletos de Guerreiro Ramos e a crença de que a racionalidade instrumental é, por si, neutra. Herbert Simon exemplifica esta neutralidade axiológica ao apresentar a ideia de que

[...] a administração é uma ciência que visa à conquista de objetivos. Nesse caso, o 'bom' e o 'mau' não significam 'bom' para humanidade e 'mau' para a humanidade; significam que uma ação é boa quando consegue atingir os objetivos predeterminados com eficiência e é ruim quando não o faz (SANTOS, 2001, p. 57).

O próprio Santos não apreende que essa eficiência serve exatamente ao dono do capital e o aumento de sua produção e, portanto, adota o interesse da classe dominante, apesar de toda a aparente neutralidade dos objetivos "comuns" dos que participam de tal organização.

Assim, chegamos ao ponto central da questão movente do texto:

[...] não há dúvida que Alberto Guerreiro Ramos é o autor clássico que mais se inquieta com o estágio atual da administração em relação às questões substantivas da realidade social do mundo capitalista. É isto que vai motivá-lo a escrever *A nova ciência das organizações* (Ramos, 1989). No livro *A redução sociológica* (Ramos, 1965) já são visíveis os sinais de preocupação, quando Guerreiro Ramos discute os critérios de avaliação do desenvolvimento. Admite Guerreiro Ramos que a preocupação em se organizar e determinar as relações sociais no âmbito sociedade/Estado não é encontrada em modelos de gestão baseados na administração e na economia política, e sim nas ciências sociais que são chamadas para explicar em que consiste o desenvolvimento, assim como os meios para alcançá-lo. Embora próximo, Guerreiro Ramos foi incapaz de perceber que "os meios para alcançar o desenvolvimento" representam o conteúdo próprio da administração política, que nada mais é senão o gerenciamento feito pelo Estado, nas suas relações com a sociedade, para edificar uma certa materialidade visando alcançar as finalidades expressas no bem-estar de uma sociedade ou da humanidade (SANTOS, 2001, p. 59).

Aqui, alguns problemas interessantes aparecem. De preocupações com a sociologia política e o desenvolvimento autônomo nacional (que não é devidamente esclarecido em seu contexto de elaboração pelo pensamento social) diante dos movimentos de associação dos capitais monopolistas no Brasil durante a época do imperialismo norte-americano, Guerreiro Ramos passa inadvertidamente sobre o problema da Administração Política, exatamente porque esta não era a intenção do autor.

Guerreiro Ramos não conseguiria elaborar a questão primordial da perspectiva de um novo objeto de pesquisa, pois "Embora jamais queira

negar a economia de mercado, acha, porém, que a nova ciência das organizações deve ter por base a racionalidade substantiva, incorporando valores e fundando-se na livre experiência das realidades e de sua precisa articulação” (SANTOS, 2001, p. 60). A contradição de Guerreiro Ramos em colocar rédeas no comportamento predatório das relações de mercado com a entrada da racionalidade substantiva estará, a partir de então, presente ao decorrer de todo o texto de Santos, mas agora transpassada para o Estado e para a Administração Política e não mais para as organizações em sua forma abstrata. Temos agora a localização com o deslocamento do conceito das funções do administrador na esfera privada e pública para a “gestão” das relações de classe na sociedade civil.

A intenção precípua de Guerreiro Ramos era questionar e dar respostas para o problema do subdesenvolvimento nacional e da enorme disparidade da distribuição da riqueza no Brasil, junto com os problemas sociais característicos da história social do país. A busca era pela autonomia econômica e social que viriam do desenvolvimento industrial do capitalismo brasileiro, alçando o país aos mesmos patamares de acumulação impresso pelas economias centrais no mundo. A racionalidade substantiva entra em contexto exatamente porque, na situação de um país periférico e de economia dependente, a forma pela qual a reprodução sociometabólica do capitalismo brasileiro adota é a superexploração da força de trabalho (MARINI, 1971, 2008) como mecanismo de compensação das perdas entre as trocas no mercado mundial tanto pelas commodities quanto dos produtos industrialmente nacionais inferiores. Disto também decorreu a agudização da luta de classes do período de 50-64 no Brasil, marcado por enormes desigualdades econômicas e sociais enquanto as elites burguesas nacionais se associavam aos interesses comerciais do imperialismo.

Guerreiro Ramos busca as respostas tentando desvendar como as relações sociais de classe antagônicas da produção material se comportam em países dependentes. Essa questão também está totalmente ausente nos estudos de Santos. Sem a categoria da superexploração da força de trabalho como característica estruturante das sociedades periféricas fica extremamente difícil compreender como a questão não passa, pura e simplesmente, por uma substantivação das relações sociais em economias de mercado através da regulação estatal das relações sociais. Ela passa pelas próprias condições materiais de sustentação da lógica de reprodução do capital no Brasil (AMARAL; CARCANHOLO, 2012) e, portanto, são as estruturas econômicas e de classe sociais do país que estão em disputa e não somente uma moralização ética de seus postulados.

Reformar o capitalismo é o alvo e, como a própria condição histórica apresentou com o desmonte do Estado a partir do neoliberalismo da década de 90, é cometer o mesmo erro. O problema epistemológico levantado surge então com total força: apesar de Guerreiro Ramos buscar uma interpretação da sociedade brasileira através das tipologias ideais (de

onde surge a discussão do jeitinho brasileiro diante dos formalismos, que aqui não são funcionais), isto atinge de forma clara a perspectivização epistemológica de Santos.

Ora, quando Guerreiro Ramos formulou esse pensamento em direção à fundação de uma nova ciência das organizações, imaginava-se que fosse romper em definitivo com o velho paradigma e efetivamente fazer da administração um novo campo disciplinar, que até aquele momento ela não fora pelo simples fato de não ter um objeto de estudo e um método próprios. Esse rompimento não ocorre pelo simples fato de o autor ainda considerar que o objeto da administração é a organização. Como, no nosso modo de ver, o objeto se cristaliza no conteúdo da gestão, então Guerreiro Ramos não constrói uma nova ciência da administração, mas simplesmente continua falando da mesma coisa utilizando-se de novas categorias analíticas. De igual modo, quando ele fala que essa nova ciência “envolve o planejamento e implementação de um novo tipo de estado” era de se esperar que estivesse se aproximando do conceito de administração política – gestão das relações sociais – e do conceito de administração profissional – mediante gestão das organizações (SANTOS, 2001, p. 60-1).

Neste caso, a crítica se volta ao crítico. Quando Santos defende que o objeto da administração não é a organização (aqui entendido como a empresa capitalista) e sim o conteúdo da “gestão”, o autor acaba fazendo a mesma operação que Guerreiro Ramos critica. Muda a perspectiva do objeto, mas ao invés de alterar toda a conceituação teórica que fundamenta suas afirmações, Santos defende indiretamente que a gestão das organizações privadas não envolve ou não é preocupada, em certo sentido, com a gestão das relações sociais dentro do ambiente organizacional. Ela é consequência destas mesmas relações sociais amplas do capitalismo e que também perpassam a esfera estatal. São determinações recíprocas.

A real alteração contributiva que aqui acontece é sair da perspectiva micro-organizacional para a macro-organizacional no ambiente estatal e societal. Esta é a real mudança paradigmática, apesar de Santos defender a mesma coisa com a diferença em que uma é medida pela racionalidade instrumental enquanto a outra deveria ser balizada pela racionalidade substantiva em busca do propalado bem-estar social. Entretanto, em suas relações materiais efetivas, não há nenhuma diferenciação feita pelo autor entre a gestão da coisa pública para a gestão privada do nível microeconômico. Tautologia, pois burocratas também são administradores profissionais, mas investidos em cargos públicos, apesar de não buscarem a autovalorização do capital pela venda de mercadorias. Os burocratas e outros profissionais estatais são movidos, em geral, pelos mesmos interesses de fundo da relação entre Estado, mercado e organizações: são

interesses individuais e privatistas. A diferença é que eles gestam a máquina estatal, não o Estado.

Defender tal ideia esquece que a definição da política macroeconômica obedece critérios políticos de classe na luta entre interesses econômicos públicos e privados e não critérios substantivos em busca da sublimação dada aqui como o bem-estar social. Sublimação essa que faz parte da ideologia weberiana. A contradição chega a tal ponto que todas as profissões que entram no processo de construção do bem-estar social passam a ser “administradores políticos”. A diferença essencial (que nem é diferença estritamente falando para o autor) se constitui apenas no fato de que: “no limite, pode-se dizer que o bacharelem administração está mais capacitado do que os demais profissionais para coordenar certas atividades durante a execução da base técnica do projeto da nação; talvez nada mais do que isso!” (SANTOS, 2001, p. 67). Então a ciência administrativa se reduz à aplicação de conceitos de áreas correlatas e não uma ciência autônoma, disciplinada.

Como é perceptível em seu texto, o próprio autor chega a arranhar o problema desta diferenciação entre público e privado, para depois abandonar de vez e não voltar a ele: “Embora as organizações/instituições constituam o gênero que contém elementos essenciais do objeto da disciplina administração, elas são espaços particulares onde apenas habita o objeto. A essência perpassa o espectro das relações sociais internas às organizações e se estabelece nos limites das relações sociais mais amplas, portanto, no âmbito da sociedade” (SANTOS, 2001, p. 62).

Assim, o que dá status à administração enquanto ciência é “Pura e simplesmente, a gestão. Assim, cabe à administração estruturar um modelo de gestão viabilizador do objetivo da organização.” (SANTOS, 2001, p. 63). Então, aqui temos duas formas de gestão (não idênticas e de funcionamento essencialmente diferentes) que irão pautar sua igualdade sempre nos objetivos “maiores” da organização. Na empresa capitalista, sabemos que o que move a produção é a autovalorização expansiva do capital privado. E na esfera estatal e pública, o autor faz um ajustamento arbitrário:

Como as relações sociais devem convergir para a finalidade, que é a sublimação do corpo/alma e da mente/espírito, e isso é perseguido através da orientação e cooperação de (entre) diferentes campos da ciência, podemos encontrar nesse espaço o objeto que é próprio da disciplina administração e, assim, apreender a essência de seu papel cooperativo para o alcance do desiderato do conhecimento e do desenvolvimento econômico, que é o bem-estar pleno da humanidade [...] Desse modo, se a economia política, no plano da materialidade humana, responde pelo “que” e “por que” fazer, ou seja, pelas possibilidades da produção, da circulação e da distribuição de bens materiais, a administração política tende a responder pelo “como” fazer, ou seja, pela concepção do modelo de gestão para

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E GUERREIRO RAMOS: EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

Henrique Almeida de Queiroz

se chegar à finalidade. Conceber a gestão da materialidade das relações sociais constitui o objeto, portanto a essência, da administração. Aqui temos o campo próprio da ciência da administração: a administração política (SANTOS, 2001, p. 63-4).

Dentro das mesmas verdades invariáveis da econômica política clássica e seus fatores produtivos, temos agora a responsabilidade do “como” fazer a gestão macroeconômica funcionar de modo ético e responsável, apesar da imperfeição das relações “puras” de mercado continuarem a existir na materialidade. Não aparece em momento algum como acabar com a exploração de uma classe pela outra, mas “como” controlar a selvageria do mercado imperfeito e sua necessidade de exploração econômica qual as perguntas que ficam à cargo da economia de livre mercado já definiu o “que” e “porque” produzir: mercadorias que geram mais-valor para o empresário reaplicar em seu negócio. É a cristalização efetiva das afirmações contidas em Marx (2013) sobre a tendência à acumulação e concentração de capitais diante da disputa da valorização através da exploração da força de trabalho. Ou então seria interessante lembrar que “o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição” e que, portanto, “A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção [...], já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos” (MARX, 2011, p. 47).

A questão passa pela regulação do sistema capitalista, ou seja, o “como” da Administração Política significa que é possível produzir sem exploração da força de trabalho? Como isso seria possível, já que os detentores dos meios de produção podem escolher o “que” e “por que” produzir? O “como” se torna mais o detalhe do que a essência da organização do processo produtivo, já que técnicas de gestão “humanizadas” ganham força desde as décadas iniciais do século passado e tomam grande atenção durante a crise mundial do capital, exemplificado pelas experiências de Hawthorne analisadas e debatidas por Mayo. Este “como” produzir já é feito pela Administração privada e estatal e não tem a capacidade de alterar as relações sociais de fundo, apesar de assim Santos creditar ao Estado. De forma arbitrária, pois ele detém o monopólio da força, mas não o monopólio da produção material que definirá a parte de sua distribuição, troca e consumo posteriores.

Na realidade, o Estado existe e se sustenta através da colaboração financeira entre explorador e explorado para garantir seu funcionamento parasitário e improdutivo para, dali, tirar sua política econômica onde, até o momento, não houve grandes alterações na política classista da burguesia. Ele defende ou a classe do capital ou do trabalho, através de seus representantes políticos. Entretanto, dado a posse dos meios de

produção da riqueza material, usa seu poder econômico para agirem defesa dos seus próprios interesses privados e tem a capacidade de pautar o debate político, econômico e social do país. Assim como Marx (2013, p. 808) defende:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada.

Portanto, é interessante que Santos utilize em suas análises três variáveis que afetam seu modelo: a sociedade sem classes que busca não o rompimento com o capital, mas o bem-estar como finalidade (nada mais que a lei naturalizada da produção capitalista), pois ele não fala em antagonismo entre capital e trabalho como o fundamento social das desigualdades que quer reformar, mas numa sociedade em nível altamente abstrato e que, “em teoria”, tem o bem-estar como finalidade.

O Estado, que é a mediação pela qual a finalidade do bem-estar é gerenciável, administrável, seria o local privilegiado para a solução não radical entre a luta de classes. Sem colocar em pauta as disputas de interesses privados na dimensão econômica e, por último, até a dimensão do próprio capitalismo em que, segundo as palavras do autor “no contexto atual, é o modo de produção responsável pela concepção e operacionalização da base técnica e operacional para se alcançar o bem-estar” (SANTOS, 2001, p. 65). Operacionalizar o bem-estar com o capitalismo é algo ainda a se ver, pois apesar de produzir cada vez mais em menos tempo, a classe do trabalho continua trabalhando cada vez mais e de forma mais intensa. O bem-estar que fica do “lado de fora” da organização em suas horas de descanso vem sendo cada vez mais diminuído em função das tecnologias da informação e do tele-trabalho.

No mais, a exploração de classe continua intocada em seus profundos alicerces históricos, sociais e econômicos.

É aqui que as contradições se manifestam com total clareza:

a oportunidade para construção de um projeto de nação em busca da finalidade ocorre porque a dimensão do capitalismo responsável pela base técnica e organizativa para se alcançar a finalidade social não cumpre seu papel, pois sua finalidade é distinta, porque particularizada” (SANTOS, 2001, p. 65).

Assim, Santos defende que cabe à economia política o redirecionamento do modo de produção capitalista em busca do bem comum e não do interesse privado. Interessante afirmação, dado que o controle do capital não se dá pelo Estado, mas pelas próprias relações privadas pela qual o Estado e o Direito cumprem seu papel de assegurar. O que Santos (2001, p. 65) faz é uma transfiguração da função e do papel do Estado: “Em vez de ser instrumentalizado no sentido de viabilizar a finalidade de um sujeito particular – o capital –, agora tem o papel de gestor e executor do projeto da nação, cuja finalidade é o bem-estar social”.

Seria interessante propor a revolução que possibilitasse a socialização dos meios de produção de uma vez e o controle destes por meio de associações comunitárias autossuficientes. O objetivo da reforma é totalmente ilusório porque não possui caráter definitivo e sim transitório, podendo ser aceito ou não, como aconteceu com a própria noção de bem-estar social que, hoje, começa a ser defendida por economistas redistributivistas como Thomas Piketty. Reforma sem revolta. Mantendo a mesma estrutura social de dominação e exploração do homem sobre o homem, das classes capitalistas sobre as classes trabalhadoras. Mais uma tentativa de criar uma mola na contenda histórica insuperável em seus próprios termos.

O que se configura, então, na colocação inapropriada do conceito da gestão da Administração Política? O conceito de *gestão* que não responde aos conteúdos específicos e diferenciados entre as esferas privadas e públicas (que não necessariamente tem o interesse no público, apesar de assim serem entendidos pelo autor) e que coloca ao Estado uma tarefa que compete aos movimentos históricos da luta de classes. Assim, ao invés de denunciar a continuidade da exploração do trabalho pelo capital, ele se estende sobre a continuidade no poder estatal, reflexo dos interesses econômicos de classe e, assim, “para que exista continuidade é preciso pressupor um Estado ditatorial, no qual haja efetiva hegemonia de um único partido que garanta a continuidade de um único governo. Porém, esta não é tese defendida pelas democracias formais e hegemônicas” (SANTOS, 2001, p. 68).

Basta lembrar que, no Brasil, a continuidade da elite burguesa se sustenta aos moldes alternados entre democracia e autoritarismo pelo

próprio Estado, sem mudar os fundamentos que erigiram e possibilitaram tal situação. Apesar de alternâncias desde a redemocratização, as classes sociais dominantes se mantêm intocadas em seus privilégios históricos, econômicos e sociais (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2014). Portanto, o fenômeno do Estado como controlador do capital é, na verdade um “fenômeno *b* pertence a um contexto peculiar, cujas características específicas só limitadamente correspondem ao contexto do fenômeno *a*” (RAMOS, 1989, p. 71). A cada crise que o capital sofrer, o desmonte do estado de bem-estar social virá através da luta de classes e assim, a esfera dos fenômenos do Estado e da esfera pública atendem apenas limitadamente à tentadora proposta reformadora da Administração Política sob égide do capital.

Conclusões e Apontamentos.

O texto apresentado propôs enfrentar um problema candente no método da Administração Política. A questão do método. A intenção foi demonstrar que o epistemologismo que Santos defende para a construção de um campo autêntico e disciplinar da ciência administrativa precisa de análises mais aprofundadas sobre os problemas que estão dentro da própria metodologia de Guerreiro Ramos.

Na verdade, a segunda parte do estudo tentou demonstrar que, apesar de ser um autor altamente cotado na área da Administração, isso não significa que seus pressupostos metodológicos e teóricos sejam críticos ao capital, conquanto se fundam apenas na crítica de romantização das relações sociais. A fenomenologia existencialista de Guerreiro Ramos não atende às necessidades de entendimento da realidade, criando modelos pré-concebidos que irão paulatinamente se ajustar aos casos encontrados e pesquisados. O seu processo “tenta intuir uma totalidade primeira que será buscada nos elementos empíricos para recompor uma totalidade já pensada, refletiva, construída com base numa explicação particular de uma sociedade original” (BARIANI, 2015, p. 22), ou seja, os modelos e teorias do homem organizacional (1984) chegam concebidos pelo próprio autor antes das análises das condições materiais que suportem tais afirmações de cunho abstrato.

Resquícios de tal composição metodológica estão compostas em grande parte do texto de Santos, onde estabelece os princípios metodológicos (epistemológicos) de forma que lhe mais aprouver, utilizando questões fora da própria temporalidade a qual acusa Guerreiro Ramos de não se atentar. Assim, fazendo perguntas que nunca serão respondidas, vai buscando em cada um dos autores as ideias que melhor se encaixam no processo já pré-concebido e arbitrário de definição do bem-estar social como finalidade última da sociedade, que busca na sublimação a felicidade de poder continuar em seu mundo romantizado, enquanto a realidade insiste em teimar contra suas proposições e sua

consciência limpa e resignada de sua emancipação individual de um mundo instrumental racional.

Cabe, então, o esclarecimento da sociedade de que seus propósitos estão errados, como os pensadores revolucionários, os movimentos sociais e sindicais já vêm denunciando a mais de século: a exploração do trabalho e o estranhamento das relações sociais e sociedades de classes antagônicas e com interesses fundamentalmente diferentes. Assim, a proposta de Santos não vai muito além de um anacronismo de propor um modelo estatal que não mais corresponde aos ensejos do capital globalizado, onde os Estados são reféns de especuladores financeiros que decidem onde investir o seu dinheiro no capital produtivo. A ideia de um estado de bem-estar social foi ensaiada com o chamado novo desenvolvimentismo nas últimas gestões governamentais que agora sofre pelo mesmo erro da esquerda nacional de 1964: acreditar que é capaz de controlar as frações e interesses do capital privado em busca da justiça e do bem-estar social. A história se repete, e, dessa vez, como farsa e não mais a tragédia do Golpe Militar.

É necessário, portanto, repensar a gama de autores selecionados e buscar de forma efetiva a compreensão entre um relacionamento complexo, contraditório e que não pode ser colocado em esquemas interpretativos fixos característicos dos tipos ideais, pois a realidade material está em constante desenvolvimento e é a ela a quem a ciência deve responder.

Referências

BARIANI, E. Certidão de nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 15-25, Jan./Abr. 2015.

_____. Nacional por depuração - Guerreiro Ramos e a redução sociológica. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, 2005, p. 105-118.

COVRE, M. L. M. **A Formação e a ideologia do administrador de empresas**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

Filgueiras, F. B. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-363, Maio/Ago. 2012.

GOMES, F. G. O jovem percurso da administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 46, n. 1, p.7-24, jan./fev. 2012.

LYNCH, C. E. C. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, Jan./Abr. 2015.

MARINI, R. M. "Dialéctica de la dependencia". In: MARTINS, C. E. (org): **América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo Veintiuno, 1971.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. Abordagem Crítica nos Estudos Organizacionais: Concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 503-519, dez. 2013.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A Administração Política Brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 102-135. 1993.

SANTOS, R. S; RIBEIRO, E. M; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 43, n. 4, p. 919-41, jul./ago. 2009.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, set./out. 2001.

SANTOS, R. S. **Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil**. UFBA, 2010. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/noticia/anexo/manifesto.pdf>. Acesso em: 20 out.2011.

SOARES, L. A. A. Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 33-50, abr./jun. 1995.

MEDEIROS, M., S.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares. **Cienc. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 471-986, 2015.

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E GUERREIRO RAMOS: EPISTEMOLOGIA E
MÉTODO

Henrique Almeida de Queiroz

PAULA, A. P. P. *et. al.* A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais do Brasil. **RAE**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 010-023, jan./mar. 2010.

RAGO FILHO, A. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, tomo 1, p. 139-167, dez. 2004.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. Modelos de Homem e Teoria Administrativa. **Revista de Administração Pública**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 1984.

ZWICK, E; TEIXEIRA, M. P. R; PEREIRA, J. R; VILAS BOAS, A. A. Administração pública tupiniquim: reflexões a partir da Teoria N e da Teoria P de Guerreiro Ramos. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 284-301, 2012.